

A sociedade em rede: a revolução é compartilhada

Ana Carolina Sampaio Coelho

Doutoranda

Universidade de Salamanca

anacarolinascoelho@gmail.com

Resumo

O presente artigo discute como a sociedade em rede e a Web 2.0 servem de suporte para a auto-organização dos novos movimentos sociais. Centramos a nossa discussão no papel das mídias sociais, na articulação das recentes revoltas nos países do norte da África e no Oriente Médio. Questionamos como o fenômeno da globalização, a partir da articulação das novas mídias, pode ser capaz de instaurar uma nova democracia e ampliar a noção de cidadania.

Palavras-chave

Web 2.0, sociedade em rede, globalização.

1 Introdução

“Contra el silencio y el bullicio invento la Palabra,
libertad que se inventa y me inventa cada día”
Octavio Paz

“A revolução não será televisionada, a revolução não será trazida pelos patrocinadores”, cantava Gil Scott-Heron na década de 70, em protestos vinculados aos movimentos de libertação da África e da América da época. O músico tornou-se famoso com a sua canção “The revolution will not be televised”, que convocava os cidadãos a desligarem suas televisões e saírem às ruas para lutar por seus direitos. A revolução, cantava Scott-Heron, acontecia nas ruas.

Cerca de 40 anos depois, vemos milhões de pessoas no norte da África e no Oriente Médio mobilizarem-se através de suportes comunicacionais viabilizados pelas novas tecnologias de comunicação e saírem às ruas para protestar em massa, na primeira grande revolução do século XXI. As questões que nos propomos discutir ao longo deste artigo são: essas revoluções aconteceriam sem a existência das plataformas digitais, tais como redes sociais, blogs e wikis? E ainda: o que estes movimentos coordenados através da Web dizem da sociedade em que estamos inseridos?

“Você não vai poder ficar em casa, irmão. Você não vai poder sentar, ligar e fugir”, cantava Scott-Heron. Assim como há tempos, as revoluções contra os regimes ditatoriais seguem acontecendo nas ruas. Foi a partir da tomada de prédios públicos e espaços emblemáticos como a praça Tahir, no Cairo, da pressão de grandes agrupamentos de civis e da repercussão que esses atos tiveram ao redor do mundo que o governo desses países cederam a sua posição de líderes políticos, ainda que com muita represália. Ao contrário do que defendia Scott-Heron, no início do século XXI observamos que a revolução acontece, também, longe das ruas. Ou mais precisamente, a revolução acontece em todo lugar, onde exista um computador ou telefone celular conectado à Internet. Com a Web 2.0, todos os indivíduos se transformaram em potenciais produtores de conteúdos. Esta premissa fundamental serviu de agente mobilizador das massas que fizeram as revoluções nos países do Norte da África e Oriente Médio.

2 Estrutura rizomática e o poder descentralizado

Pela primeira vez na história dos meios de comunicação, não existem obstáculos para a publicação de informação em escala global nem qualquer tipo de controle de conteúdos ou interferência por parte de indústrias de comunicação ou grandes corporações dos media, tal como aconteceu ao longo de muito tempo com a cultura de massas. Com o surgimento da Web 2.0, deu-se início à chamada “cultura do upload”: todos os indivíduos passaram a ter a possibilidade de inserir conteúdos na Web graças à liberação do polo de emissão das mensagens.

O termo ‘Web 2.0’ foi utilizado pela primeira vez por Tim O’Reilly, em uma série de conferências promovidas em 2004 pela sua editora, O’Reilly Media. O autor descreveu a Internet como uma plataforma onde os conteúdos deveriam ser produzidos e consumidos por qualquer um, de forma simples e direta. Nos meios tradicionais de comunicação (rádio,

televisão, jornal impresso, por exemplo) o sistema de comunicação acontecia no formato de um para muitos, ou seja, uma minoria tinha o poder de criar e difundir informações. As novas mídias possibilitam que a mensagem seja criada e consumida por muitos.

Este segundo momento da rede mundial de computadores possibilitou que a Web assumisse um caráter mais participativo, colaborativo e, portanto, mais democrático. Somos testemunhas de uma mudança de paradigma na forma de produzir e consumir informação. Graças à possibilidade de interação nas novas práticas comunicacionais, os indivíduos podem contribuir em tempo real na produção de conhecimento e na troca de impressões e visões de mundo. Se anteriormente a Web era semelhante a uma grande biblioteca, onde se podia ler uma infinidade de informações, mas cada usuário o fazia de forma isolada, com a Web 2.0 os processos acontecem em forma de rede.

Gilles Deleuze e Félix Guatarri (1995) criaram o conceito de rizoma para designar estruturas que não possuem um tronco de onde saem ramificações. Um rizoma não finda: está sempre em construção. Em uma estrutura rizomática, as ramificações possuem ligações entre elas, são os nós ou links. Os autores dão como exemplo de uma organização rizomática 'viva' o sistema de um formigueiro. O pensamento humano se parece muito ao perfil rizomático, assim como a Internet. A Internet - rizoma é referência na construção dos novos processos sociais que acontecem na sociedade através da rede. Segundo Manuel Castells (1999), a rede se converteu na morfologia social do mundo contemporâneo. Este é o formato da sociedade na era da Informação: indivíduos conectados globalmente de forma horizontal e não hierárquica. As redes possuem o poder de agregar atores sociais diversificados e promover o diálogo e a troca de valores e experiências.

É a partir desta condição de igualdade, em que cada indivíduo conectado à Internet pode fazer ouvir a sua voz, que a forma de fazer uma revolução e de se reunir em torno de um objetivo comum é reinventada. A sociedade organizada em rede pode utilizar dessa estrutura para se solidarizar com o outro, ser canal de apoio e cooperação, mas também pode ser utilizada para exclusão e controle. Ainda de acordo com Castells (1999), nesta nova estrutura social o poder reside na mente dos indivíduos. Nesta nova forma de organização, o poder se redistribui: cada nó da rede transforma-se em um centro de poder, ainda que difuso. O autor afirma:

O poder já não se concentra nas instituições (o Estado), nas organizações (empresas capitalistas) ou nos mecanismos simbólicos de controle (empresas mediáticas, igrejas). Pelo contrário, difunde-se em redes globais de riqueza,

poder, informação e imagens, que circulam e se transmutam num sistema de geometria variável e geografia desmaterializada. No entanto, o poder não desaparece. O poder ainda governa a sociedade; ainda nos molda e domina (...) A nova forma de poder reside nos códigos da informação e nas imagens da representação em torno das quais as sociedades organizam as suas instituições e as pessoas constroem as suas vidas e decidem o seu comportamento. Esse poder encontra-se nas mentes das pessoas (CASTELLS, 1999, p.505-506).

Castells (1999) afirma que os sujeitos protagonistas das transformações sociais na era da informação são os movimentos sociais. Os movimentos, diz Castells (1999), devem atuar através da rede, garantindo uma intervenção de forma descentralizada e integrada. Os líderes desses movimentos são meramente simbólicos, uma vez que o poder é a própria rede. As transformações da realidade física se dão a partir da atividade virtual que os indivíduos envolvidos articulam e produzem.

3 Globalização e a reinvenção da democracia

Nos últimos anos, o mundo vem se organizando numa nova lógica social. Muito se tem falado sobre a globalização, mas em geral as discussões centram-se nas questões econômicas. No entanto, esse fenômeno está reestruturando nossa forma de estar no mundo desde os mais simples aspectos e muitos deles passam pelas TICs (Tecnologias de Informação e Comunicação): desde o momento em que podemos ler jornais de todo o mundo a partir da Internet, quando nos comunicamos em tempo real com pessoas distantes fisicamente, etc.

Para Roland Robertson (1992), a globalização nos oferece uma intensificação da consciência de mundo como um todo. Portanto, é condição necessária o suporte da rede, já aqui anteriormente comentado, para a sustentação desta “consciência de mundo”. A sociedade em rede é a própria imagem da globalização: só é possível a compreensão dos diferentes contextos culturais ao redor do mundo porque a comunicação está construída e sustentada sob a rede. É o que pontua Ana Isabel Cabo (2008) ao afirmar: “as novas redes de comunicação e tecnologia desempenham um papel fundamental ao comprimirem a relação espaço-tempo, rompendo o vínculo com o local físico e situação social, criando uma ideia de mundo – já antevia MacLuhan – como uma global village”. (2008, p. 32)

De acordo com Castells (1999), na sociedade atual a economia centra-se cada vez mais na produção de conhecimento e prestação de serviços. Desta forma, a ação social desenvolve-se no campo da produção simbólica e na manipulação das imagens. A economia torna-se, também, simbólica. Ao contrário do que acontecia na sociedade industrial, onde os

trabalhadores lutavam por melhores condições de trabalho e suas queixas eram principalmente econômicas, na sociedade da informação os conflitos são outros. Os atores sociais das revoluções ocorridas nos países árabes e no norte da África têm como grande inimigo a ditadura do regime opressivo a que estão sujeitos há anos. E esta repressão se percebe em várias instâncias: desde as precárias condições de vida que impossibilitam que milhares de jovens capacitados possam se desenvolver até uma série de demandas sociais que retiram dos indivíduos a liberdade e autonomia de decidirem como desejam viver suas vidas. Como afirma Ana Isabel Cabo (2008):

Estamos inseridos numa sociedade de risco, na qual o sujeito deve adotar uma postura de reflexividade, direcionada cada vez mais no sentido de saber como deve viver a sua própria vida. É esta postura que também deverá estar na base da emergência dos novos movimentos sociais, numa sociedade civil desejavelmente pautada por uma abertura cada vez maior a novas formas de democracia participativa e a novas formas de cidadania. (2008, p.108-109)

Segundo Yochai Benkler (2006), os processos colaborativos e livres são características marcantes da sociedade contemporânea. Para o autor, a “economia industrial de informação” que dominou a economia no século XX atualmente se converte na “economia interconectada da informação”. Neste novo formato, observamos a redistribuição do poder, que no século passado esteve restrito aos produtores de informação dos meios de comunicação de massa. Habilitadas pelas transformações tecnológicas, as mudanças econômicas surgem também na maneira como construímos o ambiente informacional, uma vez que a economia de informação oferece possibilidades de reorganização da esfera pública. Para o autor, através da reconfiguração das práticas sociais na plataforma da Internet são desenhados caminhos para a construção de uma sociedade mais igualitária. Benkler (2006) afirma:

We have an opportunity to change the way we create and exchange information, knowledge, and culture. By doing so, we can make the twenty first century one that offers individuals greater autonomy, political communities greater democracy, and societies greater opportunities for cultural self-reflection and human connection. (...) Perhaps these changes will be the foundation of a true transformation toward more liberal and egalitarian societies. (2006, p.473)

Na sociedade contemporânea, as revoluções sociais acontecem num âmbito também permeado pela produção e compartilhamento de bens simbólicos através das redes tecnológicas. Indivíduos separados pelo espaço e tempo utilizam a estrutura da rede como espaço para a articulação de uma nova democracia. Tal como afirma Pierre Lévy (1996): “O ciberespaço manifesta propriedades novas que fazem dele um precioso instrumento de

coordenação não - hierárquica, de sinergização rápida das inteligências, de troca de conhecimentos, de navegação nos saberes e de autocriação deliberada nos coletivos inteligentes” (1996, p.117). Para o filósofo, não se poderá reinventar os instrumentos de comunicação sem reinventar também a democracia: deve-se primar por uma democracia compartilhada, “ativa e molecular”. Só assim, acredita Lévy, a humanidade poderá reestruturar o seu futuro. O espaço virtual deverá assumir, cada vez mais, funções de espaço político. Este lugar de trocas alarga as possibilidades de discussão e luta pelo exercício pleno da cidadania.

4 Internet e cidadania

A Internet atualmente se tornou o instrumento mais utilizado para os protestos sociais pelos motivos que já mencionamos: a Web 2.0 permite que a comunicação suceda de forma interativa, bidirecional; os sujeitos participantes dos processos comunicativos já não possuem mais a condição de espectadores passivos, tal como o músico Scott-Heron retratou em sua canção; os indivíduos assumem uma postura mais ativa e a mobilização social acontece de forma dinâmica e auto-organizada.

Ainda que governos ditatoriais, com um forte esquema de controle de informações, pretendam controlar o acesso à Web, como aconteceu recentemente no Egito, essas tentativas acabam por esbarrar na grande capacidade dos usuários em driblar os cortes e se conectarem à rede. A violência exercida pelo governo do Egito aconteceu em diversas frentes: desde a violência física contra jornalistas e manifestantes, até a ideológica, ao pretender realizar a desconexão. A Internet é um espaço que promove a liberdade de pensamento. A sua própria estrutura rizomática permite uma comunicação livre e não sustenta o controle.

Portanto, o instrumento permite trocas livres, mas quem dita o conteúdo dessas trocas são os atores sociais que participam desses processos. As plataformas comunicacionais (como por exemplo as redes sociais, o Twitter, YouTube e os blogs) serviram nessas revoluções como espaços de mobilização e de engajamento, onde milhares de indivíduos se organizaram em torno de objetivos comuns. No entanto, é importante perceber que não foram elas mesmas as responsáveis pelas revoluções. Deve-se permanecer atento aos determinismos tecnológicos ovacionados pela mídia: muito se foi dito a respeito da ‘revolução Twitter’ e mesmo todo o mérito desta revolução foi destinado às mídias

sociais. Estas ferramentas podem muito, mas há que se perceber exatamente qual o seu papel. Como dissemos anteriormente, a revolução é a própria rede. Foi este o grande feito das mídias sociais: permitir que os atores desta revolução entrassem em contato e coordenassem as manifestações.

Através da rede foram distribuídas imagens de repressões que aconteciam aos jovens que se posicionavam contra o sistema. Instantaneamente, estes mesmos vídeos e fotografias recebiam milhares de visitas, comentários e eram compartilhados. De acordo com Raquel Recuero (2009), cooperação, competição e conflito são processos que influenciam a rede social. A distribuição e compartilhamento dos conteúdos produzidos (sejam fotografias, vídeos ou textos) pelos manifestantes nas recentes revoltas no Egito, Líbia e Tunísia, por exemplo, são exemplos de como a cooperação pode agir nos movimentos sociais. Recuero afirma que “a cooperação é o processo formador das estruturas sociais. Sem cooperação, no sentido de um agir organizado, não há sociedade. A cooperação pode ser gerada pelos interesses individuais, pelo capital social envolvido e pelas finalidades do grupo” (2009, p.81).

A sinergia criada em volta destas trocas e a indignação perante a opressão foram o motor de força que impulsionou esta revolução. Como tão bem pontuam Antônio Negri e Michael Hardt (2011) em artigo publicado no jornal Guardian, a importância das mídias sociais nestas revoltas são sintomas e não causas dessa estrutura organizacional. Elas são, nas suas palavras, “*modes of expression of an intelligent population capable of using the instruments at hand to organize autonomously*”. Sem tais ferramentas, as mesmas revoluções possivelmente aconteceriam. E toda a história da humanidade é uma prova dessa afirmação. No entanto, é inquestionável os ganhos que a estrutura de rede veio trazer a essas manifestações.

A enorme influência das mídias sociais nas recentes revoltas já aqui mencionadas nos mostra a importância de se pensar uma educação para os meios de comunicação: como estas novas ferramentas podem ser utilizadas para repensarmos globalmente a democracia? De acordo com Cabo (2008), a “democratização da democracia” acontecerá de maneiras diferentes em cada país, mas certamente todos os países passarão por reformas constitucionais: “em nome da transparência, pelo fomento de uma cultura cívica, mas também por um papel ativo dos media” (CABO, 2008, p. 33).

Graças à possibilidade de que todos os indivíduos possam criar e difundir informações, o monopólio das “formas de narrar uma história” das grandes empresas de

comunicação vem enfraquecendo. A verdade já não pode ser contada de maneira que privilegie apenas o poder dominante e os interesses econômicos de grandes corporações. As TICs desempenham um papel determinante na construção de um espaço simbólico onde a maioria oprimida, marginalizada e até então ‘silenciosa’ possa se articular.

Como estará organizada a sociedade nos próximos anos, sem a força de um dos que foram os principais instrumentos do domínio e controle das massas? Como a nova forma de poder, que segundo Castells (1999) reside nos códigos da informação e nas imagens da representação, poderá ampliar a noção de cidadania? Observamos que afinal não existe uma total e completa substituição do espaço público físico pelo espaço público das mídias sociais nas manifestações da sociedade civil. As manifestações são coordenadas a partir do meio virtual, mas ainda é a partir da ocupação de praças públicas e movimentos nas ruas que os indivíduos lutam pelo direito de serem cidadãos livres e iguais.

Caso o músico Gil Scott-Heron imaginasse escrever atualmente sua canção “The revolution will not be televised”, provavelmente acrescentaria a ideia de que as pessoas deveriam, sim, ficar em casa. Numa sociedade hiper-conectada o indivíduo também luta pelos seus direitos a partir das redes sociais na Internet. E depois de articularem a revolução devem, então, concretizá-la nas ruas.

Referências

- BENKLER, Yochai. **The Wealth of Networks**. New Haven, Conn: Yale University Press, 2006.
- CABO, Ana Isabel. **Os novos movimentos sociais e os media**. Lisboa: Livros Horizonte, 2008.
- CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Felix. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**. São Paulo: Editora 34, 1995.
- LÉVY, Pierre. **O que é o virtual?** São Paulo: Ed. 34, 1996.
- RECUERO, Raquel. **Redes sociais na Internet**. Porto Alegre, Sulina, 2009.
- ROBERTSON, Roland. **Globalization**. London: Sage Publications, 1992.
- NEGRI, Antonio; HARDT, Michael. Arabs are democracy’s pioneers. **The Guardian**, 24 fev 2011. Disponível em: <http://www.guardian.co.uk/commentisfree/2011/feb/24/arabs-democracy-latin-america>. Acesso em: 13 abr. 2011.

A network Society: the revolution is shared

Abstract

This article discusses how society networking and Web 2.0 are used to support self-organization of new social movements. We focus our discussion on the role of social media in articulating the recent riots in North Africa and the Middle East Countries. We question how the phenomenon of globalization, from the articulation of new media, may be able to establish a new democracy and expand the notion of citizenship.

Keywords

Web 2.0, network society, globalization.

Sociedad en red: la revolución es compartida

Resumen

En este artículo se analiza cómo la sociedad en red y la Web 2.0 sirven de soporte para la auto-organización de los nuevos movimientos sociales. Enfocamos nuestra discusión en el papel de los media sociales en la articulación de las recientes revoluciones en los países del norte de África y Oriente Medio. Cuestionamos cómo el fenómeno de la globalización, desde la articulación de los nuevos medios, pueden ser capaces de establecer una nueva democracia y ampliar la noción de ciudadanía.

Palabras-clave

Web 2.0, sociedad red, globalización.

Recebido em 17/04/2011

Aceito em 07/12/2011

Copyright (c) 2011 Autor(es) / Copyright (c) 2011 The author(s)
The copyright of works published in this journal belong to the authors, and the right of first publication is conceded to the journal. Due to the journal being of open access, the articles are of free use in research, educational and non-commercial activities.

